

**GUILHERME MADEIRA DEZEM**

CURSO DE  
**PROCESSO  
PENAL**

3.<sup>a</sup> edição revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora Responsável*

**MARISA HARMS**

*Diretora de Operações de Conteúdo*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Editores:* Aline Darcy Flôr de Souza, Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Iviê A. M. Loureiro Gomes, Luciana Felix e Marcella Pâmela da Costa Silva

*Assistentes Administrativo Editorial:* Francisca Lucélia Carvalho de Sena e Juliana Camilo Menezes

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**DANIEL CESAR LEAL DIAS DE CARVALHO**

*Analistas de Operações Editoriais:* André Furtado de Oliveira, Damares Regina Felício, Danielle Rondon Castro de Moraes, Felipe Augusto da Costa Souza, Felipe Jordão Magalhães, Fernanda Teles de Oliveira, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, Juliana Cornacini Ferreira, Maria Eduarda Silva Rocha, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra, Rafaela Araujo Akiyama, Thiago César Gonçalves de Souza e Thiago Rodrigo Rangel Vicentini

*Qualidade Editorial e Revisão*

*Coordenação*

**LUCIANA VAZ CAMEIRA**

*Analistas de Qualidade Editorial:* Carina Xavier Silva, Daniela Medeiros Gonçalves Melo, Marcelo Ventura e Maria Angélica Leite

*Analistas Editoriais:* Daniele de Andrade Vintecino, Maria Cecília Andreo e Mayara Crispim Freitas

*Capa:* Chrisley Figueiredo

*Administrativo e Produção Gráfica*

*Coordenação*

**CAIO HENRIQUE ANDRADE**

*Analista de Produção Gráfica:* Rafael da Costa Brito

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Dezem, Guilherme Madeira

Curso de processo penal / Guilherme Madeira Dezem ; coordenadores Darlan Barroso, Marco Antonio Araujo Junior. -- 3. ed. rev., atual. e ampl.. -- São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2017.

Bibliografia.

ISBN 978-85-203-7079-7

1. Processo penal 2. Processo penal - Brasil I. Barroso, Darlan. II. Araujo Junior, Marco Antonio. III. Título.

17-00747

CDU-343.1

Índices para catálogo sistemático: 1. Processo penal : Direito penal 343.1

# Sumário

<b>Apresentação da Coleção .....</b>	<b>9</b>
<b>Nota do Autor.....</b>	<b>11</b>
<b>Nota do autor à 2.ª Edição.....</b>	<b>15</b>
<b>Nota do autor à 3ª Edição .....</b>	<b>17</b>
<b>Capítulo 1. Processo Penal: entre o garantismo e a eficiência .....</b>	<b>58</b>
<b>Capítulo 2. As fontes do processo penal, sua leitura normativa e a interpretação no processo penal.....</b>	<b>64</b>
2.1 Noções gerais .....	65
2.2 Leitura Normativa (Constituição Federal, Tratados e Legislação extravagante) – o controle de convencionalidade das leis .....	66
2.2.1 Constituição Federal, Tratados e o Código de Processo Penal.....	67
2.3 Fontes do Processo Penal .....	71
2.3.1 Fontes materiais do Direito Processual Penal .....	72
2.3.2 Fontes formais do Direito Processual Penal .....	73
2.4 Formas de interpretação e integração do sistema processual penal.....	75
2.4.1 Interpretação extensiva .....	76
2.4.2 Analogia e interpretação analógica .....	77
2.4.3 Princípios gerais do Direito.....	79

2.5	Controle de convencionalidade .....	79
<b>Capítulo 3. Sistemas Processuais Penais.....</b>		<b>88</b>
3.1	Sistema – noção e importância.....	89
3.2	Sistema inquisitivo .....	95
3.3	Sistema acusatório.....	97
3.4	Sistema misto.....	100
<b>Capítulo 4. Princípios do Processo Penal .....</b>		<b>102</b>
4.1	Princípios – noção e importância.....	103
4.2	Princípio da ampla defesa.....	104
4.2.1	Autodefesa .....	105
4.2.1.1	Autodefesa e acusado estrangeiro .....	107
4.2.2	Defesa técnica .....	108
4.3	Princípio do acesso à justiça criminal.....	111
4.4	Princípio do contraditório .....	113
4.5	Princípio do devido processo legal .....	115
4.6	Princípio da dignidade da pessoa humana .....	118
4.7	Princípio do duplo grau de jurisdição (duplo grau de jurisdição voluntário, duplo grau de jurisdição mínimo ou princípio do controle hierárquico).....	121
4.8	Princípio da duração razoável do processo .....	123
4.8.1	Origem .....	124
4.8.2	Noção e critérios.....	124
4.9	Princípio da economia processual.....	126
4.10	Princípio da iniciativa das partes.....	126
4.11	Princípio do impulso oficial.....	127
4.12	Princípio da isonomia .....	128

4.13	Princípio do juiz natural (princípio do juiz legal, do juiz constitucional, da naturalidade do juiz) .....	129
4.14	Princípio da lealdade processual (princípio da probidade ou da boa-fé) .....	132
4.15	Princípio da motivação das decisões .....	132
4.16	Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> (vedação da produção de prova contra si próprio, princípio da não autoincriminação ou <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i> ) .....	135
<b>Capítulo 5. Eficácia da Lei Processual Penal no Tempo e no Espaço ...</b>		<b>138</b>
5.1	Sistemas de solução de conflito de leis processuais no tempo.....	139
5.2	Exceções legais ao princípio do <i>tempus regit actum</i> .....	140
5.3	Exceções admitidas pela doutrina e pela jurisprudência...	141
5.4	Lei Processual Penal no espaço.....	143
<b>Capítulo 6. Inquérito Policial e outras formas de investigação preliminar.....</b>		<b>146</b>
6.1	Investigação preliminar: noção e formas.....	147
6.1.1	Investigação Preliminar por Comissão Parlamentar de Inquérito .....	148
6.1.2	A investigação pelo Ministério Público .....	149
6.1.3	A investigação no Juizado Especial Criminal .....	152
6.1.4	Inquérito Civil .....	153
6.1.5	A investigação defensiva .....	153
6.2	As várias polícias existentes no Brasil e suas funções .....	154
6.2.1	Polícia Federal .....	155
6.2.2	Demais polícias .....	157
6.3	Inquérito policial.....	158
6.3.1	Noção e natureza jurídica .....	158
6.3.2	Características .....	159

6.3.2.1	Procedimento escrito .....	159
6.3.2.2	Procedimento sigiloso .....	160
6.3.2.3	Procedimento indisponível .....	165
6.3.2.4	Procedimento obrigatório.....	165
6.3.2.5	Procedimento dispensável .....	165
6.3.2.6	Caráter discricionário da investigação ...	166
6.3.2.7	Caráter inquisitivo.....	166
6.3.2.8	Caráter oficial .....	169
6.3.2.9	Caráter oficioso .....	169
6.3.3	Finalidade do Inquérito Policial.....	170
6.3.4	A presidência do Inquérito Policial .....	170
6.3.5	O valor probatório do inquérito .....	172
6.4	Início do inquérito policial .....	174
6.4.1	<i>Notitia criminis</i> .....	175
6.4.1.1	<i>Delatio criminis</i> inqualificada e a instauração do inquérito policial .....	176
6.4.2	Requerimento do ofendido ou de seu representante legal.....	177
6.4.3	Requisição do Juiz ou do Ministério Público .....	178
6.4.4	Diferença entre requisição e requerimento .....	179
6.4.5	Auto de prisão em flagrante .....	180
6.4.6	De ofício – Portaria .....	180
6.4.7	Início do inquérito policial nos crimes de ação penal pública condicionada e ação penal de iniciativa privada.....	180
6.4.8	O princípio da obrigatoriedade e a instauração do inquérito policial .....	181
6.5	Desenvolvimento do inquérito policial .....	182
6.5.1	Reprodução simulada dos fatos.....	183
6.5.2	Prazo para a conclusão do inquérito.....	184
6.5.2.1	Cômputo do período de prisão temporária .....	189

6.5.3	Incomunicabilidade do indiciado preso .....	190
6.5.4	Indiciamento .....	191
6.5.4.1	Indiciamento e <i>Habeas Corpus</i> .....	193
6.5.4.2	Condutas a serem tomadas com o indiciamento e as modalidades de indiciamento.....	193
6.5.5	A identificação criminal .....	194
6.5.5.1	Regras que regem o tema e abrangência dos atos .....	194
6.5.5.2	Hipóteses de identificação criminal .....	195
6.5.5.3	Identificação criminal e o uso do material em outras investigações.....	197
6.5.6	Indiciado menor – nomeação de curador.....	198
6.5.7	Irregularidades no inquérito e suas repercussões..	198
6.5.8	Requisição administrativa .....	199
6.5.9	Meios de obtenção de prova e teoria do juízo aparente .....	200
6.6	O encerramento do inquérito policial.....	203
6.6.1	Encerramento do inquérito policial nos crimes de ação penal de iniciativa privada .....	203
6.6.2	Encerramento nos casos envolvendo ação penal de iniciativa pública.....	204
6.6.3	Arquivamento do inquérito policial .....	206
6.6.3.1	Modalidades de arquivamento .....	209
6.6.3.2	Recorribilidade do arquivamento .....	211
6.6.4	Desarquivamento do inquérito policial .....	213
6.7	Técnicas especiais de investigação.....	218
6.8	A investigação: crises e transformações do modelo vigente...	220
<b>Capítulo 7. Ação Penal e Pressupostos Processuais .....</b>		<b>222</b>
	Considerações iniciais.....	223

7.1	Classificação da ação penal .....	224
7.2	Teorias da ação: de onde viemos e para onde vamos.....	229
7.3	Condições da ação penal e pressupostos processuais .....	231
7.3.1	Noções gerais .....	231
7.3.2	Legitimidade <i>ad causam</i> .....	234
7.3.3	Interesse de agir .....	236
7.3.4	Possibilidade jurídica do pedido .....	237
7.3.5	Justa causa para a ação penal.....	239
7.3.6	A teoria da “prospettazione”, ou teoria da asserção ou teoria da afirmação .....	242
7.3.7	Condições específicas da ação penal ou condições de procedibilidade, condições objetivas de punibilidade, escusas absolutórias e condições de prosseguibilidade .....	243
7.3.8	A originalidade como condição da ação .....	244
7.3.9	Pressupostos processuais .....	245
7.4	Ação penal de iniciativa pública incondicionada.....	248
7.4.1	Noção e identificação.....	248
7.4.2	Princípios.....	248
7.4.3	Legitimidade ativa .....	253
7.4.4	Veículo .....	254
7.5	Ação penal pública condicionada .....	254
7.5.1	Noção e identificação.....	254
7.5.2	Princípios.....	254
7.5.3	Legitimidade.....	255
7.5.4	Veículo .....	255
7.5.5	Representação.....	255
7.5.5.1	Noção e natureza jurídica da representação.....	255
7.5.5.2	Legitimado ativo.....	256
7.5.5.2.1	Sucessão processual.....	258



7.5.5.3	Destinatários da representação.....	260
7.5.5.4	Prazo da representação .....	260
7.5.5.5	Aspecto formal: a forma da representação .....	261
7.5.5.6	Retratação da representação.....	261
7.5.5.7	Não vinculação da representação .....	262
7.5.6	Requisição do Ministro da Justiça .....	263
7.5.7	Consequências da falta de representação ou de requisição e o problema da desclassificação do crime .....	265
7.6	Ação penal de iniciativa privada.....	267
7.6.1	Noção, espécies e identificação .....	267
7.6.2	Princípios.....	268
7.6.3	Legitimidade ativa .....	270
7.6.3.1	Sucessão processual .....	271
7.6.4	Veículo .....	272
7.6.5	Aspecto temporal – O prazo para o oferecimento da queixa-crime .....	272
7.6.6	Ação Penal de Iniciativa Privada Personalíssima ...	274
7.6.7	Ação Penal Privada Subsidiária da Pública.....	274
7.6.8	Os óbices ilegítimos à propositura da ação penal de iniciativa privada e a Defensoria Pública....	277
7.7	Denúncia e queixa-crime .....	278
7.7.1	Requisitos .....	278
7.7.1.1	Imputação genérica e imputação geral, imputação implícita e imputação alternativa .....	280
7.7.1.2	Requisito especial da queixa-crime.....	283
7.7.2	Prazo para oferecimento da denúncia e da queixa-crime .....	284
7.7.3	Aditamento da denúncia.....	286
7.7.4	Aditamento da queixa-crime .....	287

7.8	Extinção da punibilidade .....	289
7.9	Ação penal em espécie.....	294
7.9.1	Lei Maria da Penha e as ações penais a ela relativas .....	294
7.9.2	Crimes contra a dignidade sexual .....	297
7.9.3	Crimes contra a honra.....	300
<b>Capítulo 8. Ação civil.....</b>		<b>302</b>
8.1	Considerações gerais.....	303
8.2	Sistemas existentes quanto à influência da ação penal na ação civil .....	303
8.3	Dos efeitos da sentença penal condenatória transitada em julgado .....	306
8.4	Efeitos civis da sentença penal absolutória e da sentença que declara extinta a punibilidade e outras questões.....	312
8.5	Legitimidade do Ministério Público.....	318
<b>Capítulo 9. Competência .....</b>		<b>322</b>
9.1	Noções gerais e definição .....	323
9.2	Classificação e espécies de competência .....	326
9.3	Garantia do Juiz Natural .....	332
9.3.1	Garantia do juiz natural e modificações posteriores da competência por lei.....	335
9.3.2	Garantia do juiz natural e juiz sem rosto .....	336
9.3.3	Garantia do juiz natural e mutirões do CNJ.....	337
9.3.4	Garantia do juiz natural e convocação de juiz para atuar em tribunal .....	338
9.3.5	Garantia do juiz natural e criação de vara especializada .....	340
9.3.6	Garantia do juiz natural, suspeição e impedimento ...	341
9.4	Princípio do <i>Kompetenz-Kompetenz</i> .....	342

9.5	Os critérios de determinação de competência do Código de Processo Penal e os critérios de concretização da competência .....	343
9.6	Competência Internacional.....	345
9.7	Competência por prerrogativa de função (competência originária ou foro privilegiado) .....	346
9.7.1	Prerrogativa de função e competência em razão da matéria .....	355
9.7.2	Prerrogativa de função e concurso de agentes ....	357
9.7.3	Renúncia de mandato e competência originária .	361
9.8	Competência Constitucional de Justiça Especializada .....	363
9.9	Competência da Justiça Federal .....	369
9.9.1	Generalidades .....	369
9.9.2	Justiça Federal e contravenções penais – art. 109, inc. IV, da CF/1988.....	372
9.9.3	Justiça Federal e Crime Político – art. 109, inc. IV, da CF/1988.....	373
9.9.4	Justiça Federal e os Crimes Praticados contra a União – art. 109, inc. IV da CF/1988 .....	374
9.9.5	Justiça Federal e Crimes Transnacionais – Art. 109, inc. V.....	379
9.9.6	Incidente de deslocamento da competência – art. 109 – V – A e § 5.º do art. 109 .....	382
9.9.7	Crimes contra a organização do trabalho, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira – art. 109, VI.....	385
9.9.8	<i>Habeas Corpus</i> e Mandado de Segurança em matéria criminal – Art. 109, inc. VII e VIII.....	387
9.9.9	Crimes cometidos a bordo de navio ou de aeronave – Art. 109, inc. IX .....	388
9.9.10	Crimes de Ingresso ou permanência irregular de estrangeiro – Art. 109, X.....	390
9.9.11	Crimes decorrentes de disputa sobre direitos indígenas – Art. 109, XI.....	390

9.9.12	Competência da Justiça Federal – Outros tópicos (atos infracionais, Jecrim Federal e execução penal) .....	394
9.9.13	A competência da Justiça Estadual .....	395
9.10	Competência Territorial.....	395
9.10.1	Competência territorial - regra geral do art. 70 do CPP .....	396
9.10.1.2	Exceções à regra geral do art. 70 .....	397
9.10.2	Foro Supletivo - A competência pelo domicílio ou residência do réu .....	399
9.10.3	Alguns casos especiais de competência territorial segundo a jurisprudência .....	400
9.11	Competência de Juízo – Natureza da Infração, Distribuição, Prevenção .....	402
9.12	Causas de modificação da competência - conexão e continência .....	404
9.12.1	Hipóteses de conexão .....	405
9.12.2	Hipóteses de continência .....	407
9.12.3	Consequências da conexão e da continência .....	408
9.12.4	Foro prevalente.....	411
9.12.5	Prorrogação de competência .....	413
<b>Capítulo 10. Das questões e processos incidentes .....</b>		<b>414</b>
10.1	Noções gerais .....	415
10.2	Questões prejudiciais .....	416
10.2.1	Definição, distinção com preliminares, características e natureza jurídica .....	417
10.2.2	Classificações.....	419
10.2.2.1	Questões prejudiciais homogêneas e heterogêneas .....	419
10.2.2.2	Questões prejudiciais não devolutivas e devolutivas .....	420

10.2.2.3	Questões prejudiciais obrigatórias e facultativas.....	422
10.2.3	Sistemas de solução da questão prejudicial.....	422
10.2.4	Questão prejudicial obrigatória.....	423
10.2.5	Questão prejudicial facultativa.....	426
10.3	Exceções.....	429
10.3.1	Generalidades .....	429
10.3.2	Exceção de Suspeição, impedimento ou incompatibilidade .....	431
10.3.2.1	Generalidades.....	431
10.3.2.2	Hipóteses de cabimento.....	432
10.3.2.3	Legitimados ativos.....	433
10.3.2.4	Procedimento .....	434
10.3.2.5	Recurso .....	438
10.3.2.6	Suspeição do membro do Ministério Público, serventuários da justiça, jurados e autoridade policial.....	439
10.3.3	Exceção de incompetência de juízo .....	441
10.3.3.1	Generalidades.....	441
10.3.3.2	Legitimados para opor a exceção .....	441
10.3.3.3	Procedimento da exceção.....	443
10.3.4	Demais exceções: ilegitimidade de parte, litispendência e coisa julgada .....	444
10.3.5	Restituição de coisas apreendidas .....	446
10.3.5.1	Generalidades.....	446
10.3.5.2	Requisitos .....	447
10.3.5.3	Autoridades que podem decidir sobre a restituição, procedimento e meios de impugnação .....	448
10.3.6	Incidente de falsidade.....	449
10.3.6.1	Generalidades.....	449

10.3.6.2	Procedimento .....	451
10.3.7	Incidente de insanidade mental do acusado .....	451
10.3.7.1	Generalidades: legitimados e cabi- mento .....	451
10.3.7.2	Procedimento .....	453
10.3.7.3	Inimputabilidade e processo penal.....	454
10.4	Medidas assecuratórias (medidas cautelares reais).....	456
10.4.1	Considerações gerais.....	456
10.4.2	Sequestro .....	460
10.4.2.1	Bens e finalidade.....	460
10.4.2.2	Requisitos do sequestro, momento e le- gitimidade .....	461
10.4.2.3	Levantamento.....	462
10.4.2.5	Defesa .....	464
10.4.2.6	O sequestro na hipótese de Crime Contra a Fazenda Pública - Dec.-lei 3.240/1941 .....	466
10.4.3	Especialização de Hipoteca Legal .....	468
10.4.3.1	Bens, finalidade e momento.....	468
10.4.3.2	Requisitos e procedimento .....	469
10.4.3.3	Cancelamento e defesa .....	471
10.4.4	Arresto .....	471
10.4.4.1	Bens, finalidade e requisitos.....	471
10.4.4.2	Revogação, Levantamento e defesa.....	472
10.4.5	Quadro-resumo .....	473
<b>Capítulo 11. Provas no Processo Penal .....</b>		<b>474</b>
11.1	Prova: importância e acepções do vocábulo .....	476
11.2	Meios de prova, meios de pesquisa, elementos de prova, fontes de prova, objeto da prova e procedimento proba- tório: noções .....	479

11.2.1	Procedimento probatório e direito à prova .....	485
11.2.1.2	Procedimento probatório: o direito à prova no quadro do contraditório ou as almas do contraditório .....	486
11.2.1.3	Prova e contraditório: contraditório sobre a prova e contraditório para a prova .....	486
11.3	Princípios aplicáveis à prova .....	488
11.3.1	Princípio da autorresponsabilidade das partes .....	488
11.3.2	Princípio da aquisição ou comunhão de prova .....	488
11.3.3	Princípio da oralidade .....	489
11.3.4	Princípio da verdade real .....	490
11.3.5	Princípio da liberdade probatória .....	492
11.3.6	Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> (vedação da produção de prova contra si próprio, princípio da não autoincriminação ou <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i> ) .....	492
11.3.7	Princípio da presunção de inocência .....	495
11.3.8	Princípio da audiência contraditória .....	498
11.4	Ônus da prova .....	498
11.5	Poderes instrutórios do juiz .....	501
11.5.1	Princípio da proporcionalidade .....	503
11.5.1.1	Proporcionalidade, poderes instrutórios do juiz e o STF .....	503
11.6	Prova emprestada .....	504
11.6.1	A prova emprestada e seu valor probatório .....	507
11.6.2	Prova emprestada e crimes da competência do júri .....	508
11.7	Natureza das normas jurídicas sobre prova: superação da dualidade entre normas materiais e normas processuais ..	509
11.8	Sistemas de apreciação das provas .....	513
11.8.1	Sistema da íntima convicção (certeza moral do juiz) .....	513

11.8.2	Sistema da prova legal (regras legais, certeza moral do legislador, prova tarifada) .....	514
11.8.3	Sistema da livre convicção (persuasão racional, livre convencimento motivado) .....	515
11.9	Limites ao direito à prova.....	517
11.10	Prova ilícita .....	518
11.10.1	Prova ilícita – Sistema pré-2008.....	518
11.10.1.1	Prova ilícita e prova ilegítima – consequências no sistema pré-2008.....	520
11.10.2	Prova ilícita – noção e efeitos no sistema pós-2008...	522
11.10.2.1	O juiz contaminado .....	524
11.10.3	Hipóteses de admissibilidade da prova ilícita .....	526
11.10.3.1	Exceção de boa-fé.....	526
11.10.3.2	Exceção de impugnação .....	526
11.10.3.3	Exceção de erro inócuo .....	527
11.10.3.4	Limitações quanto à legitimidade para requerer a exclusão da prova.....	527
11.10.3.5	Princípio da proporcionalidade .....	528
11.10.3.6	Prova ilícita <i>pro reo</i> .....	530
11.10.3.7	Teoria da visão ampla – <i>plain view doctrine</i> .....	532
11.10.3.8	Teoria dos campos abertos e das buscas particulares – <i>Open fields doctrine</i> e <i>Private Searches Doctrine</i> .....	534
11.11	Prova ilícita por derivação – A teoria dos frutos da árvore envenenada.....	536
11.11.1	Teoria da fonte independente .....	538
11.11.2	Exceção da descoberta inevitável (teoria da fonte hipotética independente).....	539
11.11.3	Teoria do nexu causal atenuado (teoria da contaminação expurgada ou conexão atenuada ou vício diluído) .....	542
11.12	Prova típica e atípica: noção .....	544



11.13	Provas típicas e atípicas: distinção com conceitos afins (prova anômala, prova irritual e prova nominada).....	552
11.14	Do exame do corpo de delito e das perícias em geral - arts. 158 a 184 do CPP .....	556
11.14.1	Noções gerais.....	556
11.14.2	Terminologia .....	557
11.14.3	Obrigatoriedade do exame de corpo de delito....	558
11.14.4	Modalidades de exame de corpo de delito.....	561
11.14.5	Peritos - Generalidades .....	564
	11.14.5.1 Classificação dos peritos.....	564
	11.14.5.2 A exigência da realização do exame por um perito - Análise histórica e atual .....	565
	11.14.5.3 Ausência de peritos oficiais.....	566
11.14.6	Momento da realização da perícia, oferecimento da denúncia sem exame de corpo de delito, nomeação de peritos .....	567
11.14.7	Indicação de assistentes técnicos.....	568
11.14.8	Realização da perícia .....	571
11.14.9	Sistemas de apreciação do laudo pericial: vinculatório ou liberatório .....	574
11.14.10	Autópsia.....	574
11.14.11	Exumação .....	575
11.14.12	Exame de local de crime.....	575
11.14.13	Exame de delito e lesões corporais .....	576
11.14.14	Exames laboratoriais.....	576
11.14.15	Exames nos crimes cometidos com destruição/ rompimento de obstáculo ou escalada .....	577
11.14.16	Laudo de avaliação .....	577
11.14.17	Exame de local de incêndio .....	577
11.14.18	Exame grafotécnico.....	577
11.14.19	Exame dos instrumentos do crime.....	578
11.14.20	Perícias não previstas em lei.....	579
11.14.21	Cadeia de custódia.....	581

11.15	Interrogatório .....	583
11.15.1	Noção e natureza jurídica .....	583
11.15.2	Obrigatoriedade do interrogatório e direito ao silêncio .....	585
11.15.3	Condução coercitiva em caso de ausência do réu .....	586
11.15.4	Interrogatório da pessoa jurídica .....	588
11.15.5	Local do interrogatório.....	588
11.15.6	Características do interrogatório .....	591
11.15.7	O procedimento do interrogatório e seu conteúdo...	592
11.15.7.1	O momento do interrogatório na audiência.....	592
11.15.7.2	Providências preparatórias .....	594
11.15.7.3	O ato do interrogatório .....	594
11.15.7.4	Qualificação e advertência prévia do interrogatório .....	596
11.15.7.5	Início do interrogatório e suas modalidades .....	597
11.15.7.6	Modalidades especiais de interrogatório.....	600
11.15.8	Renovação do interrogatório .....	600
11.16	Confissão .....	601
11.16.1	Noção, natureza jurídica e fonte .....	601
11.16.2	Espécies de confissão.....	602
11.16.3	Requisitos da confissão .....	603
11.16.4	Características da confissão.....	603
11.16.5	Valor da confissão .....	603
11.17	Ofendido.....	604
11.17.1	Noção e natureza jurídica .....	604
11.17.2	Procedimento e contraditório .....	605
11.17.2.1	O ofendido e o falso testemunho.....	606

11.17.3	Diferenças entre testemunha e vítima .....	606
11.17.4	Valor probatório das declarações do ofendido .....	607
11.17.5	Obrigatoriedade ou facultatividade na oitiva do ofendido .....	607
11.18	Prova Testemunhal.....	613
11.18.1	Noções gerais .....	613
11.18.2	Natureza jurídica, legitimados, valor.....	615
11.18.3	Classificação das testemunhas .....	615
11.18.4	Procedimentos em relação à testemunha (momento para arrolar, desistência e substituição de testemunha).....	618
11.18.5	Deveres da testemunha.....	619
11.18.6	Número máximo de testemunhas .....	621
11.18.7	Procedimento para a produção da prova testemunhal - <i>Direct e cross examination</i> - a nova forma de colheita da prova oral .....	622
11.18.8	Capacidade de ser testemunha .....	624
11.19	Reconhecimento de pessoas e coisas .....	626
11.19.1	Noção, natureza jurídica e espécies .....	626
11.19.2	Procedimento para o reconhecimento.....	627
11.19.3	Reconhecimento coletivo ou em grupo .....	631
11.19.4	Reconhecimento fotográfico.....	632
11.20	Acareação .....	637
11.20.1	Noção, natureza jurídica e momento .....	637
11.20.2	Pressupostos da acareação .....	637
11.20.3	Sujeitos da acareação .....	639
11.20.4	Procedimento da acareação .....	639
11.20.5	Valor probatório da acareação e obrigatoriedade.....	640
11.21	Documentos .....	641
11.21.1	Noção e classificação.....	641

11.21.2	Produção da prova documental .....	643
11.21.3	Limitação à produção da prova documental.....	644
11.21.4	O juiz e a produção da prova documental.....	644
11.21.5	Documentos estrangeiros e validade do documento particular .....	644
11.21.6	Públicas formas e devolução dos documentos nos processos findos.....	645
11.22	Indícios.....	646
11.22.1	Generalidades e noção .....	646
11.22.2	Indícios e presunções .....	646
11.22.3	Valor probatório dos indícios.....	647
11.23	As provas atípicas no sistema processual brasileiro: uso e generalidades do procedimento probatório.....	648
11.23.1	Liberdade probatória, provas atípicas e seus limites .....	650
11.23.2	Procedimento probatório modelo nas provas atípicas e seu valor .....	655
11.23.3	Prova decorrente de gravação em vídeo .....	659
11.24	Meios de obtenção de prova (meios de pesquisa) .....	668
11.24.1	Busca e apreensão.....	669
11.24.1.1	Generalidades e natureza jurídica .....	669
11.24.1.2	Objeto da busca.....	670
11.24.1.3	Busca domiciliar.....	671
11.24.1.4	Busca pessoal .....	675
11.24.1.5	Busca em veículo e em celular.....	676
11.24.1.6	Busca em escritório de advocacia e em prédio .....	679
11.24.1.7	Serendipidade (encontro fortuito de provas) .....	683

## **Capítulo 12. Dos atores processuais (os sujeitos do processo)..... 686**

12.1	Noções gerais .....	687
------	---------------------	-----

12.2	Juiz .....	688
12.2.1	Forma de seleção de magistrados.....	690
12.2.2	Funções desenvolvidas pelo juiz no Direito Processual Penal .....	692
12.2.3	O Código de Ética da Magistratura .....	692
12.2.4	Suspeição, Impedimento e incompatibilidades dos juízes .....	694
12.3	Ministério Público .....	700
12.3.1	Forma de seleção de promotores .....	701
12.3.2	Funções do Ministério Público.....	702
12.3.3	Impedimentos e incompatibilidades dos promotores.....	704
12.4	Autoridade Policial .....	705
12.5	Acusado .....	706
12.5.1	Autodefesa, Defesa Técnica e os direitos daí decorrentes .....	707
12.5.2	Revelia.....	707
12.6	Defesa técnica .....	708
12.6.1	Defensor Particular .....	708
12.6.2	Defensor Público .....	709
12.6.2.1	Forma de seleção de defensores .....	709
12.6.2.2	Funções da Defensoria Pública .....	710
12.6.2.3	Impedimentos e incompatibilidades dos defensores públicos.....	711
12.7	Ofendido.....	712
12.7.2	Ofendido como assistente de acusação .....	713
<b>Capítulo 13. Medidas cautelares pessoais .....</b>		<b>718</b>
13.1	Teoria geral das medidas cautelares .....	720
13.1.1	Considerações gerais e espécies.....	720
13.1.2	Características das medidas cautelares.....	725

13.1.3	Medidas cautelares pessoais – os princípios norteadores da Constituição Federal e do Pacto de São José da Costa Rica.....	729
13.1.3.1	Princípio da Presunção de Inocência .....	729
13.1.3.2	Princípio da Duração Razoável do Processo .....	731
13.1.4	Critérios gerais e procedimento modelo para aplicação das medidas cautelares pessoais segundo o CPP .....	734
13.1.4.1	Necessidade, adequação, proporcionalidade e o critério de subsidiariedade da prisão preventiva – Art. 282, I e II e § 6.º .....	735
13.1.4.2	Cumulatividade.....	737
13.1.4.3	Atuação do juiz e sistema acusatório .....	738
12.1.4.4	Contraditório prévio .....	739
13.1.4.5	Consequências do descumprimento das medidas cautelares pessoais .....	740
13.2	Prisão.....	741
13.2.1	Considerações gerais .....	741
13.2.2	Classificações (prisão processual, cautelar, provisória e medida pré-cautelar) .....	741
13.2.3	Princípios constitucionais e convencionais sobre a prisão cautelar.....	744
13.2.4	Imunidades Prisionais .....	757
13.2.5	Tempo e local da prisão: o período em que pode ser feita a prisão e o local em que poderá ser efetuada .....	765
13.2.6	Mandado de prisão arts. 285 a 289 – A red notice (difusão vermelha) .....	767
13.2.6.1	Prisão, perseguição e a proteção ao domicílio de terceiros.....	770
13.2.7	Prisão Especial e Prisão em Sala do Estado Maior...	772
13.3	Prisão em flagrante .....	774
13.3.1	Noção, natureza jurídica e fases do flagrante.....	774

13.3.2	Sujeitos ativo e passivo do flagrante .....	775
13.3.3	Modalidades de flagrante do Código de Processo Penal .....	776
13.3.4	Modalidades de flagrante criados pela doutrina e jurisprudência – flagrante preparado, flagrante esperado e flagrante forjado .....	778
13.3.5	Modalidades de flagrante previstos em leis especiais (Flagrante retardado, diferido, ou ação controlada e entrega vigiada).....	780
13.3.6	Formalidades do auto de prisão em flagrante.....	781
	13.3.6.1 Atuação do juiz ao receber o flagrante ..	786
13.3.7	Flagrantes em algumas modalidades de crimes (permanente, habitual, ação penal privada, ação penal pública condicionada).....	788
13.4	Prisão preventiva – prisão preventiva <i>strictu sensu</i> .....	789
13.4.1	Considerações gerais.....	789
13.4.2	Momento para a decretação da prisão preventiva.....	791
13.4.3	Legitimidade para o requerimento e atuação do juiz .....	791
13.4.4	Legitimidade para o decreto de prisão preventiva...	792
13.4.5	O cabimento da prisão preventiva – Classificação dos requisitos e as diversas posições .....	793
13.4.6	Pressupostos positivos e negativos da prisão preventiva.....	795
13.4.7	Hipóteses de cabimento da prisão preventiva.....	798
	13.4.7.1 Garantia da ordem pública.....	798
	13.4.7.2 Garantia da ordem econômica .....	801
	13.4.7.3 Conveniência da instrução criminal .....	803
13.4.8	Condições de admissibilidade da prisão preventiva.....	805
13.4.9	Os requisitos controversos na doutrina e na jurisprudência pós-reforma de 2011 .....	807
13.4.10	Relaxamento e revogação da prisão preventiva ...	809

13.5	Prisão temporária .....	810
13.5.1	Cabimento da prisão temporária.....	811
13.5.2	Momento da prisão temporária e motivação da decisão .....	816
13.5.3	Prazo de duração da prisão temporária e prorro- gação .....	817
13.5.4	Conversão da prisão temporária em prisão pre- ventiva.....	818
13.6	Medida substitutiva da prisão preventiva - Prisão domici- liar.....	819
13.7	Medidas diversas da prisão (medidas alternativas à pri- são).....	822
13.8	Liberdade Provisória .....	831
13.8.1	Considerações gerais .....	831
13.8.2	Liberdade provisória: modalidades e limites.....	836
13.8.3	Liberdade provisória obrigatória.....	836
13.8.4	Liberdade provisória vedada .....	837
13.8.5	Liberdade provisória possível .....	840
13.8.6	Liberdade provisória possível - A liberdade provi- sória sem fiança .....	840
13.8.6.1	Procedimento para a concessão da li- berdade provisória sem fiança e cumu- lação com outras cautelares .....	843
13.8.7	Liberdade provisória com fiança .....	843
13.8.7.1	Comentários Gerais .....	843
13.8.7.2	Fiança pelo delegado .....	844
13.8.7.3	Arbitramento da fiança .....	845
13.8.7.4	Procedimento da fiança.....	846
13.8.7.5	Deveres decorrentes da fiança .....	846
13.8.7.6	Perda, Quebra, Cassação e reforço da fiança .....	846



<b>Capítulo 14. Teoria Geral dos Procedimentos e Atos Processuais .....</b>	<b>848</b>
14.1 Premissas .....	850
14.2 Considerações gerais .....	850
14.3 Espécies de procedimentos e fluxograma do procedimento comum ordinário .....	854
14.4 Recebimento da denúncia .....	857
14.4.1 Quantidade de recebimentos da denúncia .....	858
14.4.2 Motivação no recebimento da denúncia .....	859
14.4.3 <i>Emendatio libelli</i> e recebimento da denúncia .....	860
14.4.4 Rejeição da denúncia - art. 395 do CPP .....	862
14.5 Citação .....	864
14.5.1 Considerações gerais e modalidades .....	864
14.5.2 Citação real .....	866
14.5.3 Citação <i>ficta</i> : citação por hora certa .....	869
14.5.4 Citação por edital .....	871
14.6 Resposta .....	877
14.7 Absolvição sumária - art. 397 do CPP - julgamento antecipado <i>pro reo</i> .....	879
14.8 Audiência de instrução, debates e julgamento - arts. 400 a 405 do CPP .....	882
14.9 Sentença .....	888
14.9.1 Considerações gerais: atos processuais em geral e classificação das sentenças .....	888
14.9.2 Requisitos da sentença .....	891
14.9.3 Sentença absolutória .....	894
14.9.4 Sentença condenatória .....	895
14.9.5 Correlação entre acusação e sentença - <i>Emendatio</i> e <i>Mutatio libelli</i> .....	897
14.9.5.1 <i>Emendatio</i> e <i>Mutatio libelli</i> - Crítica e questões controversas .....	901

14.9.6	Coisa julgada.....	903
14.9.6.1	Noções gerais – conceito e a coisa julgada parcial.....	903
14.9.6.2	Coisa julgada formal e material – A relativização da sentença absolutória pela CIDH.....	905
14.9.6.3	Limites objetivos e limites subjetivos da coisa julgada .....	906
14.9.6.4	Questões específicas – concurso formal, crime habitual, crime continuado ...	908
14.9.7	Sentença penal condenatória e os efeitos secundários .....	910
14.10	Procedimento comum sumário .....	912
14.11	Procedimento Comum Sumaríssimo – Juizado Especial Criminal (Jecrim) – Lei 9.099/1995 .....	913
14.11.1	Crítérios orientadores e objetivos do Jecrim .....	913
14.11.2	Competência do Jecrim .....	914
14.11.3	Fluxograma do rito Jecrim.....	915
14.11.4	Termo circunstanciado – art. 69.....	915
14.11.5	Audiência preliminar.....	916
14.11.5.1	Composição civil: arts. 72 e 74, parágrafo único .....	916
14.11.5.2	Transação penal: art. 76.....	916
14.11.6	Audiência de instrução, debates e julgamento.....	918
14.11.7	Sistema recursal e impugnações em geral no Juizado Especial Criminal .....	919
14.11.8	Suspensão condicional do processo ( <i>sursis</i> processual – art. 89 da Lei 9.099/1995).....	921
14.12	Procedimentos Especiais – Crimes de Responsabilidade de Funcionário Público afiançáveis – arts. 513 a 518 do CPP .....	926
14.13	Processo e julgamento dos crimes de calúnia e injúria de competência do juiz singular – arts. 519 a 523 do CPP .....	929

14.13.1	Generalidades e pedido de explicações .....	929
14.13.2	Procedimento e audiência de reconciliação.....	930
14.13.3	Exceção da verdade e da notoriedade do fato ....	933
14.14	Procedimento do Júri.....	936
14.14.1	Considerações gerais .....	936
14.14.2	Princípios constitucionais do Júri .....	937
14.14.3	Procedimento da primeira fase do Júri – Sumário da culpa – <i>iudicium accusationis</i> – Arts. 406 a 421 do CPP .....	941
14.14.4	Pronúncia – arts. 413, 420 e 421 do CPP .....	944
14.14.4.1	Requisitos e crimes conexos.....	944
14.14.4.2	Conteúdo, vinculação, <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i> e efeitos quanto à prescrição .....	947
14.14.5	Impronúncia (despronúncia) – art. 414 do CPP.....	952
14.14.6	Desclassificação – art. 419 do CPP.....	953
14.14.7	Absolvição sumária – art. 415 do CPP.....	955
14.14.8	Preparação da segunda fase do Júri .....	957
14.14.9	Desaforamento – Arts. 427 e 428 do CPP.....	958
14.14.9.1	Considerações gerais .....	958
14.14.9.2	Hipóteses de cabimento do art. 427 e legitimidade.....	959
14.14.9.3	Hipóteses de cabimento do art. 428 e legitimidade.....	961
14.14.9.4	Aceleração de julgamento – art. 428, § 2.º, do CPP.....	962
14.14.10	Sessão Plenária de Julgamento – considerações gerais .....	963
14.14.11	Instalação da sessão plenária.....	963
14.14.11.1	Jurados.....	963
14.14.11.2	Ausência do Ministério Público .....	965
14.14.11.3	Ausência do assistente de acusação ...	965

14.14.11.4	Ausência do advogado de defesa ou do defensor.....	965
14.14.11.5	Ausência do acusado .....	966
14.14.11.6	Ausência das testemunhas .....	966
14.14.12	Sorteio do Conselho de Sentença e Juramento – arts. 462 a 472 do CPP .....	967
14.14.13	Instrução e interrogatório em plenário – arts. 473 a 475 do CPP .....	970
14.14.14	Debates e encerramento – arts. 476 a 481 do CPP .....	972
14.14.14.1	Conteúdo dos debates, vedações e encerramento.....	974
14.14.15	Sala especial e quesitos .....	979
14.14.16	Sentença do Juiz Presidente – arts. 492 e 493 do CPP .....	988
<b>Capítulo 15.</b>	<b>Nulidades .....</b>	<b>990</b>
15.1	Considerações gerais e natureza jurídica .....	991
15.2	Classificações das nulidades.....	993
15.2.1	A tríade tradicional – Inexistência, nulidade e irregularidade.....	993
15.2.2	Nulidade absoluta e nulidade relativa, sanáveis e insanáveis e cominadas e não cominadas .....	997
15.3	Princípios em sede de nulidades.....	1000
15.3.1	Princípio da tipicidade das formas.....	1000
15.3.2	Princípio da eficácia dos atos processuais.....	1009
15.3.3	Princípio da restrição processual à decretação das nulidades.....	1010
15.3.4	Princípio da instrumentalidade das formas e princípio do prejuízo .....	1010
15.3.5	Princípio da causalidade ou da consequencialidade .....	1012
15.3.6	Princípio da conservação dos atos processuais ...	1013

15.3.7	Princípio do interesse .....	1013
15.4	Formas de saneamento das nulidades .....	1014
15.5	Nulidades cominadas no Código de Processo Penal .....	1016
15.5.1	Art. 564, inc. I – por incompetência, suspeição ou suborno do juiz.....	1016
15.5.2	Art. 564, inc. II – por ilegitimidade de parte .....	1017
15.5.3	Art. 564, inc. III – por falta das fórmulas ou dos termos seguintes .....	1017
15.5.4	Art. 564, inc. IV – por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato .....	1025
15.6	Momento para a arguição das nulidades e nulidades sanáveis.....	1026
<b>Capítulo 16. Recursos e ações autônomas impugnativas.....</b>		<b>1027</b>
16.1	Noções gerais, natureza jurídica e o tema da execução provisória.....	1030
16.2	Classificação dos recursos.....	1037
16.3	Princípios em matéria recursal.....	1038
16.3.1	Princípio do duplo grau de jurisdição .....	1038
16.3.2	Princípio da voluntariedade.....	1042
	16.3.2.1 Voluntariedade e reexame necessário (recurso de ofício).....	1044
16.3.3	Princípio da disponibilidade dos recursos .....	1047
16.3.4	Princípio da fungibilidade, do recurso indiferente, da permutabilidade dos recursos ou da conversibilidade dos recursos .....	1048
16.3.5	Princípio da unirrecorribilidade, da singularidade ou da unicidade.....	1050
16.3.6	Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias ou da irrecorribilidade em separado das interlocutórias .....	1051
16.3.7	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	1051

16.3.8	Princípio da taxatividade.....	1059
16.3.9	Princípio da personalidade dos recursos versus princípio do benefício comum .....	1060
16.3.10	Princípio da dialeticidade .....	1060
16.4	Pressupostos ou requisitos de admissibilidade recursal - O juízo de admissibilidade (juízo de prelibação) e o juízo de mérito (juízo de libação) .....	1062
16.4.1	Noção .....	1062
16.4.2	Condições recursais .....	1064
16.4.2.1	Cabimento - Possibilidade jurídica do pedido .....	1064
16.4.2.2	Legitimidade recursal .....	1064
16.4.2.3	Interesse recursal.....	1065
16.4.3	Pressupostos recursais .....	1069
16.4.3.1	Investidura.....	1069
16.4.3.2	Capacidade de quem formula o recurso .....	1069
16.4.3.3	Regularidade formal do recurso e tempestividade .....	1070
16.4.3.4	Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do direito de recorrer .....	1073
16.5	Efeitos dos recursos .....	1076
16.5.1	Efeito obstativo .....	1076
16.5.2	Efeito devolutivo.....	1076
16.5.3	Efeito suspensivo .....	1078
16.5.4	Efeito regressivo, iterativo ou diferido.....	1079
16.5.5	Efeito extensivo .....	1080
16.5.6	Efeito substitutivo .....	1081
16.5.7	Efeito translativo.....	1081
16.6	Recurso em sentido estrito .....	1084
16.6.1	Generalidades .....	1084

16.6.2	Cabimento .....	1086
16.6.2.1	Decisão que não receber a denúncia ou queixa.....	1086
16.6.2.2	Decisão que reconhece a incompetência de juízo .....	1089
16.6.2.3	Decisão que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição .....	1090
16.6.2.4	Decisão que pronunciar o acusado ...	1091
16.6.2.5	Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante.....	1092
16.6.2.6	Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido seu valor.....	1092
16.6.2.7	Decisão que decretar ou não a extinção da punibilidade.....	1093
16.6.2.8	Sentença que conceder ou negar a ordem de <i>habeas corpus</i> .....	1094
16.6.2.9	Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte...	1094
16.6.2.10	Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir.....	1094
16.6.2.11	Decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta.....	1095
16.6.2.12	Decisão que ordenar a suspensão do processo, em virtude de questão prejudicial.....	1095
16.6.2.13	Decisão sobre o incidente de falsidade ...	1096
16.6.3	Legitimidade do recurso em sentido estrito.....	1096
16.6.4	Competência recursal.....	1097
16.6.5	Regularidade formal e procedimento.....	1097
16.6.6	Efeitos .....	1098

16.6.7	Aspectos do interesse de agir.....	1098
16.6.8	Procedimento .....	1099
16.7	Apelação.....	1099
16.7.1	Considerações gerais.....	1099
16.7.2	Cabimento .....	1101
16.7.2.1	Sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular – art. 593, I.....	1101
16.7.2.2	Decisões definitivas, ou com forças de definitivas, proferidas por juiz singular, nos casos em que não houver previ- são legal de cabimento do recurso em sentido estrito – art. 593, II.....	1102
16.7.2.3	Decisões do tribunal do júri – art. 593, III, do CPP.....	1103
16.7.3	Legitimidade.....	1108
16.7.3.1	Ministério Público.....	1108
16.7.3.2	Acusado .....	1108
16.7.3.3	Defensor.....	1108
16.7.3.4	Ofendido e terceiros.....	1109
16.7.4	Competência recursal.....	1110
16.7.5	Regularidade formal e procedimento.....	1110
16.7.6	Fato impeditivo e extintivo: não recolhimento do réu à prisão, renúncia, desistência e deserção ...	1111
16.7.7	Efeitos .....	1111
16.7.8	Prazo.....	1112
16.7.9	Lei 9.099/1995 (Cabimento, competência, pra- zos, regularidade formal).....	1112
16.8	Embargos infringentes ou de nulidade.....	1113
16.8.1	Considerações gerais.....	1113
16.8.2	Legitimidade.....	1114
16.8.3	Cabimento .....	1114



16.8.4	Competência recursal.....	1115
16.8.5	Regularidade formal.....	1116
16.8.6	Efeitos.....	1116
16.8.7	Procedimento.....	1117
16.8.8	Prazo, interposição e os recursos extraordinários....	1117
16.9	Embargos de declaração.....	1119
16.9.1	Considerações gerais.....	1119
16.9.2	Cabimento.....	1120
16.9.3	Natureza Jurídica.....	1121
16.9.4	Competência recursal.....	1121
16.9.5	Legitimidade.....	1121
16.9.6	Regularidade formal.....	1122
16.9.7	Prazo.....	1122
16.9.8	Efeitos.....	1123
16.9.9	Embargos na Lei 9.099/1995.....	1124
16.9.10	Procedimento.....	1124
16.9.11	Suspensão ou interrupção do prazo para outros recursos.....	1125
16.10	Carta Testemunhável.....	1125
16.10.1	Considerações gerais.....	1125
16.10.2	Natureza Jurídica.....	1126
16.10.3	Cabimento.....	1126
16.10.4	Competência recursal.....	1126
16.10.5	Regularidade formal.....	1126
16.10.6	Efeitos.....	1127
16.10.7	Prazo recursal.....	1127
16.10.8	Procedimento.....	1127
16.11	Agravo em execução.....	1127
16.11.1	Introdução.....	1127
16.11.2	Cabimento.....	1128

16.11.3	Legitimidade e Interesse .....	1129
16.11.4	Competência recursal.....	1129
16.11.5	Regularidade formal .....	1129
16.11.6	Efeitos .....	1129
16.11.7	Procedimento no juízo a quo .....	1130
16.12	Agravo contra decisão denegatória de recurso extraordinário ou especial .....	1131
16.12.1	Cabimento .....	1131
16.13	Recurso Ordinário Constitucional.....	1131
16.13.1	Cabimento .....	1131
16.13.1.1	ROC para o STF .....	1132
16.13.1.2	Limites da Matéria e cabimento .....	1132
16.13.2	Recurso Ordinário Constitucional para o STJ .....	1133
16.13.3	Procedimento .....	1133
16.13.3.1	Decisão denegatória de <i>habeas corpus</i> .....	1133
16.13.3.2	Mandado de Segurança.....	1134
16.14	Recurso extraordinário e recurso especial.....	1134
16.14.1	Considerações gerais .....	1134
16.14.2	Cabimento .....	1140
16.14.2.1	Cabimento do recurso extraordinário – Generalidades .....	1140
16.14.2.2	Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>a</i> – contrariedade à CF ..	1141
16.14.2.3	Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>b</i> – declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal .....	1142
16.14.2.4	Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>c</i> – julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição .....	1143

16.14.2.5	Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>d</i> – julgar válida lei local contestada em face de lei federal .....	1144
16.14.2.5.1	Cabimento de recurso extraordinário contra acórdão do STJ.....	1144
16.14.3	Cabimento do recurso especial – generalidades.....	1145
16.14.3.1	Cabimento do recurso especial – art. 105, III, <i>a</i> – contrariedade a tratado ou lei federal ou negar-lhes vigência .....	1145
16.14.3.2	Cabimento do Recurso Especial – art. 105, III, <i>b</i> – julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal .....	1146
16.14.3.3	Cabimento do recurso especial – art. 105, III, <i>c</i> – der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal .....	1146
16.14.4	Recurso extraordinário e especial – legitimidade ...	1148
16.14.5	Recurso extraordinário e especial – interesse recursal .....	1148
16.14.6	Recurso extraordinário e especial – processamento .....	1149
16.14.7	Recurso extraordinário e especial – efeitos .....	1150
16.15	Ações autônomas impugnativas .....	1153
16.15.1	<i>Habeas corpus</i> .....	1153
16.15.1.1	Considerações gerais .....	1153
16.15.1.2	Natureza Jurídica e eficácia da decisão.....	1159
16.15.1.3	Interesse de agir .....	1160
16.15.1.4	Possibilidade jurídica do pedido .....	1162
16.15.1.5	Legitimidade.....	1163
16.15.1.5.1	Legitimidade ativa.....	1163

16.15.1.5.2	Legitimidade passiva – O legitimado passivo é a própria autoridade coatora, aquele responsável pela coação ilegal ao paciente.....	1166
16.15.1.6	Espécies de <i>habeas corpus</i> .....	1167
16.15.1.6.1	Liberatório.....	1167
16.15.1.6.2	Preventivo.....	1167
16.15.1.6.3	Pro lático ou Preservativo... ..	1168
16.15.1.7	Hipóteses de impetração.....	1168
16.15.1.8	Competência para julgamento.....	1171
16.15.1.9	Procedimento.....	1172
16.15.1.10	Recursos das decisões de <i>Habeas corpus</i> .....	1174
16.15.2	Revisão Criminal.....	1176
16.15.2.1	Conceito.....	1176
16.15.2.2	Natureza Jurídica.....	1177
16.15.2.3	Condições da ação.....	1177
16.15.2.3.1	Legitimidade.....	1177
16.15.2.3.2	Interesse de agir.....	1177
16.15.2.3.3	Possibilidade jurídica do pedido.....	1178
16.15.2.4	Hipóteses de cabimento.....	1179
16.15.2.5	Teses e pedidos na revisão criminal ... ..	1180
16.15.2.6	Procedimento.....	1181
16.15.2.7	Ônus da prova.....	1183
16.15.2.8	Coisa julgada.....	1184
<b>Capítulo 17. Flexibilização do processo penal – bases para uma teoria e critérios de efetivação.....</b>		<b>1186</b>
17.1	O mundo flexibilizado.....	1187
17.1.1	Globalização e flexibilização.....	1188

17.1.2	Soberania .....	1191
	17.1.2.1 Soberania e flexibilização: a mudança de paradigmas .....	1192
17.1.3	Tecnologia e flexibilização.....	1196
17.1.4	O processo no mundo pautado pela flexibilização.....	1198
17.2	Flexibilização .....	1205
17.2.1	O sentido léxico do termo flexibilização.....	1205
17.2.2	A noção de flexibilização no processo .....	1206
17.2.3	Os sistemas rígidos e os sistemas flexíveis no Direito processual penal .....	1210
17.2.4	O caminhar do processo penal brasileiro para a flexibilização .....	1212
17.2.5	Flexibilização em sentido amplo e em sentido estrito: regra de exceção, interpretação extensiva e equidade.....	1213
17.2.6	Planos de flexibilização.....	1215
17.2.7	Os parâmetros para a flexibilização em sentido estrito.....	1217
	17.2.7.1 Flexibilização e legalidade .....	1218
	17.2.7.2 Flexibilização e proporcionalidade.....	1219
	17.2.7.2.1 O princípio da proporcionalidade como parâmetro da flexibilização nos <i>hard cases</i> .....	1223
	17.2.7.3 Flexibilização e razoabilidade .....	1224
17.2.8	A operação de flexibilização .....	1227
	17.2.8.1 A flexibilização e as partes .....	1231
17.3	Direitos Humanos, Devido Processo Legal e Flexibilização ...	1234
17.3.1	Considerações iniciais.....	1236
17.3.2	Caraterísticas dos direitos fundamentais .....	1236
17.3.3	Respeito aos direitos humanos e flexibilização....	1238

17.3.4	Os direitos humanos e as Convenções .....	1240
17.3.5	Direito Internacional dos Direitos Humanos e flexibilização .....	1241
17.3.5.1	Devido processo legal na visão da Corte Interamericana de Direitos Humanos .....	1245
17.3.6	Direitos humanos, devido processo legal, flexibilização e a macrocriminalidade .....	1248
<b>Capítulo 18. Bibliografia.....</b>		<b>1252</b>
<b>Anexo - PL 4.850/2016 .....</b>		<b>1262</b>